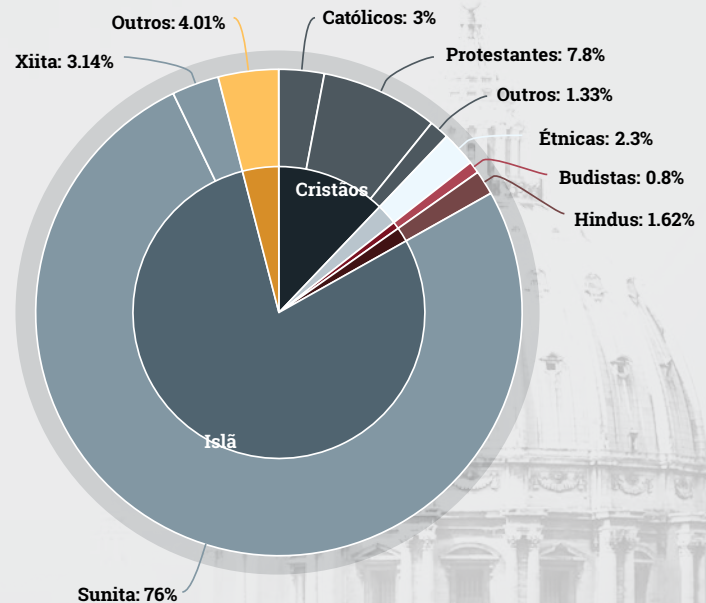


Indonésia



A Indonésia é o maior país de maioria muçulmana do mundo e é um país que fez uma transição notável de um Governo militar autoritário para uma democracia multipartidária, com uma sociedade civil muito dinâmica e uma imprensa em grande parte livre. Em 2014, as eleições presidenciais foram ganhas pelo antigo governador de Jacarta, Joko Widodo, conhecido popularmente como “Jokowi”. O seu antigo vice, o governador Basuki Tjahaja Purnama, conhecido como “Ahok”, tornou-se no primeiro cristão e no primeiro governador chinês da capital do país.

A Indonésia tem uma boa tradição de pluralismo religioso e harmonia. Embora seja o maior país muçulmano do mundo, não é constitucionalmente um estado muçulmano. A ideologia que orienta o Estado, conhecida como “Pancasila”, que significa “cinco princípios”, estabelece os valores que regem o país: crença numa divindade; humanidade justa e civilizada; unidade nacional; democracia; e justiça social. Embora esta filosofia tenha limitações para a liberdade religiosa ou de crença, incluindo a falta de proteção para os seguidores das religiões que não são reconhecidas oficialmente e para as pessoas sem religião, é na essência uma filosofia concebida para proteger o pluralismo num país esmagadoramente muçulmano. O lema nacional do país é “Unidade na Diversidade”.

No entanto, estes valores têm estado cada vez mais ameaçados ao longo da última década ou mais, à medida que grupos islamitas radicais emergiram e ganharam uma influência desproporcionada na definição de políticas, na legislação e nos direitos das minorias religiosas não muçulmanas e até em alguns grupos muçulmanos considerados como hereges. Nas palavras do vice-diretor da *Human Rights Watch* para a Ásia, Phelim Kline, a tolerância religiosa na Indonésia está

“fortemente ameaçada”^[1] A *Christian Solidarity Worldwide* publicou um relatório em 2014 com o título “Indonesia: Pluralism in Peril – the rise of religious intolerance across the archipelago” [Indonésia: Pluralismo em Perigo – o aumento da intolerância religiosa no arquipélago].^[2]

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição da Indonésia, no artigo 28º, alínea e), consagra a liberdade religiosa, afirmando que “cada pessoa é livre de prestar culto e de praticar a religião da sua escolha, de escolher a educação e a escolaridade, a sua ocupação, a sua nacionalidade, a sua residência no território do país que poderá abandonar e para o qual deve ter o direito de regressar; cada pessoa tem direito a ser livre nas suas convicções, a defender os seus pensamentos e princípios de acordo com a sua consciência; cada pessoa tem direito a livremente associar-se, reunir e expressar as suas opiniões.”

[1] “Indonesia’s growing religious intolerance”, Phelim Kline, OpenDemocracy, 26 de Novembro de 2014 (<https://www.opendemocracy.net/openglobalrights/phelim-kline/indonesia%E2%80%99s-growing-religious-intolerance>).

[2] “Indonesia: Pluralism in Peril – the rise of religious intolerance across the archipelago”, Christian Solidarity Worldwide, 2014 (<http://www.csw.org.uk/2014/02/14/report/179/article.htm>).

Apesar desta garantia constitucional de liberdade religiosa, o Ministério dos Assuntos Religiosos apenas reconhece oficialmente seis religiões: Islamismo, Catolicismo, Protestantismo, Budismo, Hinduísmo e Confucionismo. Tal como o Relatório da Liberdade Religiosa Internacional de 2014 do Departamento de Estado Norte-Americano refere, embora os membros dos grupos não reconhecidos “tenham direito de estabelecer um local de culto, registrar casamentos e nascimentos, e obter documentos de identidade nacional”, eles enfrentam outras formas de discriminação, em particular nas escolas onde os alunos são obrigados a seguir a educação religiosa de uma das seis tradições religiosas reconhecidas. Anteriormente, os seguidores de religiões não reconhecidas também tinham de adotar uma das seis religiões reconhecidas a ser referida na seção sobre religião do seu documento de identidade, embora isto agora tenha mudado e as leis lhes permitam deixar em branco a seção da religião.^[3]

Nos últimos anos, o *Pew Forum* classificou consistentemente a Indonésia como um país com um dos níveis mais elevados de restrições à religião entre os vinte e cinco países mais populosos do mundo.^[4] Segundo Andreas Harsono, investigador sobre a Indonésia na *Human Rights Watch*, o anterior presidente da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, foi “o presidente que estabeleceu as infraestruturas reguladoras mais sectárias da Indonésia”.^[5] Musdah Mulia, presidente da Conferência Indonésia sobre Religião e Paz, alega que há pelo menos 147 “leis e políticas públicas discriminatórias em relação à religião” e crê que, “enquanto for permitido que estas leis estejam em vigor, há sempre um forte potencial para a violência”.^[6]

As quatro principais áreas de legislação com impacto e restrição da liberdade religiosa na Indonésia são: as Leis Conjuntas sobre Casas de Culto de 2006, o Decreto Conjunto Anti-Ahmadi^[7] de 2008, a Lei da Blasfêmia de 1965 e as leis inspiradas na sharia aplicadas em algumas partes do país a nível local e provincial.

As Leis Conjuntas sobre Casas de Culto de 2006 foram publicadas pelo ministro dos Assuntos Religiosos e pelo ministro do Interior após uma revisão do Decreto Ministerial Conjunto de 1969 já existente. Estas novas leis requerem que qualquer grupo religioso que deseje construir um local de culto deve dar os seguintes passos: fornecer os nomes e documentos de identificação de pelo menos noventa membros da

congregação que vão usar a casa de culto, obter apoio de pelo menos sessenta outros membros da comunidade local aprovados pelo chefe da aldeia, apresentar uma recomendação escrita do Ministério dos Assuntos Religiosos a nível distrital e apresentar uma recomendação escrita do Fórum de Harmonia Religiosa a nível distrital ou municipal. A proposta deve ser submetida ao presidente da câmara local, que deve emitir uma decisão no prazo de noventa dias após receber o pedido.^[8] Este regulamento significa que, se um grupo religioso não conseguir garantir o apoio de seguidores da religião maioritária na localidade, e se tiver menos de noventa seguidores, não pode construir um local de culto. Um número cada vez maior de locais de culto, sobretudo igrejas cristãs, foram fechados à força pelas autoridades locais nos últimos anos, mesmo aqueles que tinham sido aprovados, por influência de grupos islamitas extremistas. De acordo com um artigo da *Christianity Today*, mais de 1.000 igrejas cristãs fecharam desde 2006.^[9]

O Decreto Anti-Ahmadi de 2008 foi introduzido após pressão de grupos islamitas radicais que consideram os ahmadis como hereges, mesmo que os próprios ahmadis se considerem como muçulmanos. Em 2005, o presidente Yudhoyono fez um discurso no qual prometeu ao Conselho Ulema Indonésio, o órgão mais elevado dos clérigos e académicos jurídicos islâmicos, “um papel central nas questões relacionadas com a fé islâmica”. E acrescentou: “Abrimos os nossos corações e espíritos para receber os pensamentos, recomendações e fatwas (pronunciamentos religiosos) do Conselho Ulema Indonésio em qualquer época.” Dias depois, o Conselho Ulema Indonésio emitiu uma série de *fatwas* contra o pluralismo, o secularismo e o liberalismo e apelando à proibição dos ahmadis. Dois anos mais tarde, o presidente foi mais longe, dizendo: “Depois de ter sido emitida uma *fatwa*, as ferramentas do Estado podem cumprir o seu dever. Todos devemos tomar medidas rigorosas contra as crenças desviantes.”^[10] Um ano mais tarde, dois dias após um violento ataque por parte de extremistas contra os ahmadis e defensores da liberdade religiosa no Monumento Nacional, o Governo publicou o Decreto Conjunto do ministro dos Assuntos Religiosos, do procurador geral e do ministro do Interior relativo à comunidade ahmadi. O decreto não chegava a ser uma proibição total, mas proibia a promulgação das suas crenças e ensinamentos. Diversas versões a nível regional do mesmo regulamento foram publicadas igualmente em diferentes partes da Indonésia.

[3] Departamento de Estado Norte-Americano, International Religious Freedom Report 2014 (<http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm#wrapper>).

[4] Pew Forum on Religion and Public Life (<http://www.pewforum.org/2015/02/26/religious-hostilities/>).

[5] “Indonesia: Pluralism in Peril – the rise of religious intolerance across the archipelago”, Christian Solidarity Worldwide, 2014, p. 32 (<http://www.csw.org.uk/2014/02/14/report/179/article.htm>).

[6] Dr. Musdah Mulia, “The Problem of Implementation of the Rights of Religious Freedom in Indonesia”, EU-Indonesia Conference on Human Rights and Faith in Focus, 24-25 de Outubro de 2011.

[7] Por vezes, escrito da seguinte forma: ‘Ahmadiyah’.

[8] Regulamento Conjunto do Ministro dos Assuntos Religiosos e do Ministro do Interior n.º 8 e 9/2006, “Guidelines for Regional Heads and Deputies in Maintaining Religious Harmony, Empowering Religious Harmony Forums and Constructing Houses of Worship”, parágrafo 14.

[9] “How Indonesia’s ‘Religious Harmony’ Law has closed 1,000 churches”, Morgan Lee, Christianity Today, 11 de Outubro de 2015 (<http://www.christianitytoday.com/gleanings/2015/november/how-indonesias-religious-harmony-law-has-closed-1000-church.html>).

[10] “Indonesia: Pluralism in Peril – the rise of religious intolerance across the archipelago”, Christian Solidarity Worldwide, 2014, p. 30 (<http://www.csw.org.uk/2014/02/14/report/179/article.htm>).

As leis que proíbem a blasfêmia, a heresia e a difamação religiosa estão definidas no artigo 156º do Código Penal, mas em 1965 um novo decreto presidencial foi introduzido, conhecido como “lei da blasfêmia”, que proíbe a “interpretação desviante” dos ensinamentos religiosos e dá poderes ao presidente para dissolver qualquer organização que pratique esses ensinamentos “desviantes”. Desde 2003, mais de 150 pessoas foram detidas ou encarceradas no âmbito destas leis.^[11]

Além disso, são introduzidos regulamentos inspirados na sharia a nível local e regional. Embora as estatísticas variem, Michael Buehler, da Universidade de North Illinois, calcula que pelo menos 169 regulamentos da sharia estão em vigor, e que pelo menos sete das trinta e três províncias da Indonésia e pelo menos cinquenta e um dos 497 distritos e municípios adotaram pelo menos um regulamento da sharia entre 1999 e 2009.^[12] Em Aceh, a lei da sharia total foi implementada em 2002, com um tribunal da sharia estabelecido um ano mais tarde e o primeiro açoitamento público a acontecer em 2005. Foi criada uma força policial religiosa e as leis afetam as atividades das minorias não muçulmanas.^[13]

Outras leis com impacto na liberdade religiosa incluem a lei de 1974 que proíbe o casamento inter-religioso e um decreto de 1979 que proíbe o proselitismo para com pessoas que já são seguidoras de uma religião reconhecida.

INCIDENTES

Os incidentes de violência, encerramento forçado de locais de culto e outras violações da liberdade religiosa ou de crença têm aumentado progressivamente nos últimos anos. O Instituto Setara relata 236 incidentes de violência em 2015, um aumento de 33% em relação ao ano anterior.^[14] Komnas Ham e outras organizações não governamentais locais também relatam aumentos significativos da violência e outras violações da liberdade religiosa. Como refere a Comissão Norte-Americana da Liberdade Religiosa Internacional: “As violações raramente são investigadas e os agressores, sejam eles a polícia ou grupos radicais de multidões, continuam os seus abusos com relativa impunidade.”^[15]

[11] Comissão Norte-Americana da Liberdade Religiosa Internacional, Relatório Anual 2013 (<http://www.uscirf.gov/reports-briefs/annual-report/2013-annual-report>).

[12] Michael Buehler, “Subnational Islamisation through Secular Parties: Comparing Shari’a Politics in Two Indonesian Provinces”, *Comparative Politics*, volume 46, n.º 10, 2013.

[13] “Indonesia: Pluralism in Peril – the rise of religious intolerance across the archipelago”, *Christian Solidarity Worldwide*, 2014, p. 39 (<http://www.csw.org.uk/2014/02/14/report/179/article.htm>).

[14] “Local administrations main violators of religious freedom”, *Jakarta Post*, 19 de Janeiro de 2016 (<http://www.thejakartapost.com/news/2016/01/19/local-administrations-main-violators-religious-freedom.html>).

[15] Comissão Norte-Americana da Liberdade Religiosa Internacional, Relatório Anual 2016 (<http://www.uscirf.gov/sites/default/files/USCIRF%202016%20Annual%20Report.pdf>).

Em outubro de 2015, um grupo de jovens islâmicos em Aceh Singkil exigiu o encerramento e destruição de pelo menos dez igrejas que, segundo alegavam, estavam funcionando sem autorizações. O Governo local concordou, anunciando que ia requerer que a comunidade cristã em Aceh Singkil aderisse a um acordo de 1979 que afirma que apenas uma igreja e quatro capelas podem ser construídas na área. Contudo, o grupo decidiu tomar as rédeas do assunto e incendiou diversas igrejas. Os confrontos eclodiram e um homem foi morto. O Reverendo Palti Panjaitan, Coordenador Nacional da organização *Solidarity of Victims of Freedom of Religion and Belief Violence* (SobatKBB) [Solidariedade pelas Vítimas da Violência para com a Liberdade Religiosa e de Crença], avisou que isto era resultado de uma legislação discriminatória e exortou o Governo não apenas a pôr fim à violência, mas também a revogar as leis. “Sem qualquer esforço sério, a violência em Aceh vai ser recorrente. Os Cristãos vivem praticamente sem qualquer proteção, o que os mantém no medo de novos ataques e violência.”^[16]

Em abril de 2016, a primeira não muçulmana foi sujeita a trinta chicotadas com uma cana em Aceh, por vender garrafas de álcool clandestinamente. Era uma mulher cristã de 60 anos, Remita Sinaga.^[17]

Noutras zonas, as igrejas continuam enfrentando desafios. Em 7 de março de 2016, a Igreja Católica de Santa Clara foi estabelecida em Harapan Baru, Bekasi, Java Ocidental, com uma autorização total por parte do presidente da câmara da cidade. No entanto, justiceiros locais do *Islamic Forum Community* (FUI) [Comunidade de Fóruns Islâmicos] exigiram que a autorização fosse cancelada. Atacaram a igreja, destruindo a tabuleta e selando o edifício.^[18] A situação manteve-se tensa durante a Páscoa e a congregação não conseguiu fazer a celebração no edifício da sua igreja.^[19]

O caso de longa duração da Igreja GKI Yasmin em Bogor, Java Ocidental, continua, depois de extremistas terem pressionado o Governo local a suspender a autorização da igreja em 2008 e o edifício da igreja ter sido forçado a fechar. Em 2010, o Supremo Tribunal decidiu que a igreja deveria ser reaberta, mas o presidente de câmara local contestou a decisão do tribunal.

Outras comunidades religiosas enfrentaram também cada vez mais ameaças. Em 2016, mais de 7.000 membros de uma

[16] “Indonesia: One Dead and Church Burned in Aceh”, *Christian Solidarity Worldwide*, 15 de Outubro de 2015 (<http://www.csw.org.uk/2015/10/15/press/2812/article.htm>).

[17] “First non-Muslim lashed for breaking Sharia law in Indonesian province”, *Patrick Winn, USA Today*, 21 de Abril de 2016 (<http://www.usatoday.com/story/news/world/2016/04/21/first-non-muslim-lashed-breaking-sharia-law-indonesian-province/83325572/>).

[18] “Indonesia: Vigilante group seals off Santa Clara church and demands cancellation of its permit”, *Comissão Asiática de Direitos Humanos*, 29 de Março de 2016 (<http://www.humanrights.asia/news/urgent-appeals/AHRC-UAC-025-2016>).

[19] “Santa Clara to celebrate Easter without church, again”, *Jakarta Post*, 21 de Março de 2016 (<http://www.thejakartapost.com/news/2016/03/21/santa-clara-celebrate-easter-without-church-again.html>).

seita islâmica conhecida como “Gafatar” enfrentaram a ordem de despejo forçada das suas casas na ilha de Kalimantan. A Gafatar combina o Islamismo com crenças cristãs e judaicas, e é acusada de praticar “ensinamentos desviantes”.[20]

A comunidade ahmadi enfrentou ameaças regulares ao longo da última década. Em 23 de maio de 2016, uma mesquita ahmadi na aldeia de Gemuh, regência de Kendal, Java Central, foi destruída.[21] Em janeiro de 2016, os ahmadis na ilha de Bangka, ao largo da costa de Sumatra, foram avisados para que se convertessem ao Islamismo sunita ou seriam expulsos da ilha.[22] Em 2015, manifestantes no sul de Jacarta, incluindo alguns da organização extremista *Islamic Defenders Front* (FPI) [Frente de Defesa Islâmica], impediram por duas vezes os ahmadis de realizarem as orações de sexta-feira na Mesquita An Nur,[23] e em 8 de julho a mesquita foi selada.[24]

Os xiitas, os bahá'ís e outras minorias religiosas também enfrentam ameaças e restrições semelhantes.

O aumento do extremismo religioso e a existência de terroristas filiados no grupo autodenominado Estado Islâmico (EI) acrescentam ainda mais às preocupações com a liberdade religiosa e de crença na Indonésia. Em 14 de janeiro de 2016, terroristas filiados no EI lançaram ataques em Jacarta, detonando bombas e abrindo fogo.

Estudos de opinião pública sobre questões relacionadas com a religião indicam um aumento nas atitudes intolerantes. Num dos estudos mais recentes, o Instituto Setara identificou um estado perturbador do conservadorismo religioso entre os alunos do ensino secundário em Jacarta e Bandung, Java Ocidental. O estudo alega que 60% dos alunos que responderam ao questionário acreditam que as questões sociais e políticas devem ser regulamentadas por valores religiosos, enquanto 58% disseram que queriam que fosse implementada a lei da sharia. Pelo menos 11% disseram que queriam que a Indonésia fizesse parte de um califado.[25]

[20] “Indonesia: Persecution of Gafatar Religious Group”, Human Rights Watch, 29 de Março

[21] “Criticism of Ahmadi mosque attack in Central Java grows”, The Jakarta Post, 23 de Maio de 2016 (<http://www.thejakartapost.com/news/2016/05/24/criticism-of-ahmadi-mosque-attack-in-c-java-grows.html>).

[22] “Minority Ahmadiyah Muslim group in Indonesia told: convert or be expelled”, Sydney Morning Herald, 26 de Janeiro de 2016 (<http://m.smh.com.au/world/minority-ahmadiyah-muslim-group-in-indonesia-told-convert-or-be-expelled-20160126-gmccm9.html>).

[23] “Religion in Indonesia: With God on whose side?”, The Economist, 8 de Agosto de 2015 (<http://www.economist.com/news/asia/21660573-indonesias-guarantee-religious-freedom-looks-hollow-god-whose-side>).

[24] Comissão Norte-Americana da Liberdade Religiosa Internacional, Relatório Anual 2016 (<http://www.uscirf.gov/sites/default/files/USCIRF%202016%20Annual%20Report.pdf>).

[25] “Survey reveals worrying religious conservatism among high school students”, Jakarta Globe, 25 de Maio de 2016 (<http://jakartaglobe.beritasatu.com/featured-2/survey-reveals-worrying-religious-conservatism-among-high-school-students/>).

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Quando o presidente Joko Widodo foi eleito, havia razões para acreditar que o seu Governo estaria bem posicionado para começar ativamente a abordar as violações da liberdade religiosa na Indonésia e a repor uma visão de pluralismo e harmonia inter-religiosa, que tinham sido gravemente comprometidos pelo seu antecessor. Enquanto governador de Jacarta e, antes disso, enquanto presidente da câmara de Solo, o presidente Widodo tinha um historial respeitado por se manifestar contra a intolerância e o extremismo e por agir na defesa dos direitos das minorias religiosas.

Enquanto presidente, começou certamente a estabelecer um tom diferente do seu antecessor. Grupos de justiceiros extremistas, como por exemplo a *Islamic Defenders Front* (FPI) e órgãos religiosos conservadores como por exemplo o *Indonesian Ulama Council*, já não recebem o apoio tácito do Governo, coisa que acontecia no tempo do presidente Yudhoyono. Nas palavras da Comissão Norte-Americana da Liberdade Religiosa Internacional, o presidente Widodo e o seu Governo “demonstraram uma abordagem mais inclusiva para com as comunidades religiosas, o que ajudou a mitigar alguma violência baseada na religião” e espera-se que a versão preliminar do projeto de lei de proteção religiosa “aborde questões como as casas de culto e o tratamento dos grupos religiosos não reconhecidos”.[26] Independentemente disso, a evolução até agora não tem sido tão positiva como poderia ser esperado: as políticas discriminatórias existentes mantêm-se em vigor e os incidentes de violência aumentaram. Embora os valores, a retórica e a atitude do novo Governo possam fornecer algum motivo de esperança, as suas ações ainda não são visíveis. A Indonésia é um país cuja liberdade religiosa vai requerer muita atenção no futuro próximo.

[26] Comissão Norte-Americana da Liberdade Religiosa Internacional, Relatório Anual 2016 (<http://www.uscirf.gov/sites/default/files/USCIRF%202016%20Annual%20Report.pdf>).